

# Coronel Fábio Candido (PL) derrota Itamar Borges e é eleito prefeito de Rio Preto com 59,97% dos votos

A portrait of a middle-aged man with short, dark hair, wearing a black polo shirt. He is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a plain, light-colored wall.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

ERRATA

Onde se lê: BWL 6D53. Leia-se: FAF 5258

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/24

PROCESSO Nº 124/24

REFERÊNCIA: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e serviços de mão de obra mecânica para retifica dos motores dos veículos ENG 1G43; FQA 4481 e BWL 6D53 pertencentes à frota municipal.

DESPACHO

Processada a presente Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, dentro das normas da legislação em vigor, e após as devidas informações fornecidas pelo Pregoeiro nomeado pela Portaria nº 5990/24, Adjudicando a licitação, bem como após análise da ata da sessão de pregão, HOMOLOGO este presente procedimento para dele provenham seus legais efeitos à empresa OFICINA MECÂNICA BOA VISTA LTDA – EPP CNPJ Nº 33.157.681/0001-55 vencedor dos lotes 01, 02, 03.

Encaminha-se cópia do Pedido de Fornecimento ao Departamento de Contabilidade para o devido processamento contábil.

Turmalina, 19 de agosto de 2024.

ALEXANDRO RIBEIRO PEREIRA

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

---

**TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO POR ESTA MUNICIPALIDADE COM A EMPRESA A.D. ASSESSORIA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**

Nesta data, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA**, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor **Alexandro Ribeiro Pereira**, e de outro lado a empresa **A.D. ASSESSORIA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**, CNPJ: 06.197.013/0001-89, com sede à Rua Narciso Alves da Silveira nº 188, Jardim Buissa, Cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu gestor, conforme no **CONTRATO** firmado em 25 de outubro de 2022, objeto do Convite nº 08/22, firmam o presente **TERMO ADITIVO**, a saber:

**CLAUSULA ÚNICA:** Nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93, as partes resolvem Aditar o Contrato nº 58/22, Convite nº 08/22, Processo nº 62/22, destinado a Contratação de serviços de assessoria em departamento pessoal, com geração da folha de pagamento, geração e envio de dados ao Audep – Fase III, elaboração e envio da Dirf, SisCaa, Sefip, Portal da Transparência, para prorrogar seu contrato até 31/12/2024, passando o valor mensal para R\$ 2.745,72 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), mantidas inalteradas as demais cláusulas contratuais.

**FINALMENTE**, por estarem justos e contratados e de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes e por duas testemunhas a tudo presente.

Turmalina, 29 de outubro de 2024.

**ALEXANDRO RIBEIRO PEREIRA**  
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

1º Extrato de Prorrogação de Contrato  
Contratante: Pm Pontalinda  
Contratada: Gente Seguradora S/A CNPJ 90.180.605/0001-02  
Objeto: Contratação de empresa jurídica especializada na elaboração e cobertura de seguros de veículos desta Prefeitura Municipal, com cobertura compreensiva contra colisão, incêndio e roubo/furto, na Modalidade de Valor de Mercado Referenciado, Seguro de RCF- -V (Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos) com cobertura para Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais, Seguro de APP (Acidentes Pessoal por Passageiros) com cobertura para Morte e Invalidez Total ou Parcial, Serviços de Assistência 24 horas para os Veículos e Serviços de Assistência para Vidros, Faróis, parabrisa e Lanternas, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas para prestação dos serviços, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
Contrato nº 115/2023  
Data 16/10/2024  
Prorrogado por mais 12 meses – Data 16/10/2024 a 16/10/2025  
Valor do contrato R\$ 56.569,82  
Pregão Presencial 21/2023  
Processo CL/PMP 69/2023  
Setor de Licitações e Contratos

 **UNIJALES**  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JALES

***Junior Soler***  
Cel. (17) 99785-1119

Av. Francisco Jalles, 1851 - Centro - Jales - SP - CEP: 15.703-200  
Tel.: (17) 3622-1620 e-mail: [jrsoler@unijales.edu.br](mailto:jrsoler@unijales.edu.br) [www.unijales.edu.br](http://www.unijales.edu.br)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

1º Extrato de Prorrogação de Contrato  
Contratante: Pm Pontalinda  
Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - CNPJ 61.198.164/0001-60  
Objeto: Contratação de empresa jurídica especializada na elaboração e cobertura de seguros de veículos desta Prefeitura Municipal, com cobertura compreensiva contra colisão, incêndio e roubo/furto, na Modalidade de Valor de Mercado Referenciado, Seguro de RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos) com cobertura para Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais, Seguro de APP (Acidentes Pessoal por Passageiros) com cobertura para Morte e Invalidez Total ou Parcial, Serviços de Assistência 24 horas para os Veículos e Serviços de Assistência para Vidros, Faróis, parabrisa e Lanternas, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas para prestação dos serviços, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
Contrato nº 116/2023  
Data 16/10/2024  
Prorrogado por mais 12 meses – Data 16/10/2024 a 15/10/2025  
Valor do contrato R\$ 9.037,71  
Pregão Presencial 21/2023  
Processo CL/PMP 69/2023  
Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA

1º Extrato de Prorrogação de Contrato  
Contratante: Pm Pontalinda  
Contratada: Mapfre Seguros Gerais S.A - CNPJ 61.074.175/0001-38  
Objeto: Contratação de empresa jurídica especializada na elaboração e cobertura de seguros de veículos desta Prefeitura Municipal, com cobertura compreensiva contra colisão, incêndio e roubo/furto, na Modalidade de Valor de Mercado Referenciado, Seguro de RCF-V (Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos) com cobertura para Danos Materiais, Danos Corporais e Danos Morais, Seguro de APP (Acidentes Pessoal por Passageiros) com cobertura para Morte e Invalidez Total ou Parcial, Serviços de Assistência 24 horas para os Veículos e Serviços de Assistência para Vidros, Faróis, parabrisa e Lanternas, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas para prestação dos serviços, ficando ajustado o serviço em questão, de acordo com os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.  
Contrato nº 117/2023  
Data 16/10/2024  
Prorrogado por mais 12 meses – Data 16/10/2024 a 15/10/2025  
Valor do contrato R\$ 3.584,54  
Pregão Presencial 21/2023  
Processo CL/PMP 69/2023  
Setor de Licitações e Contratos



**Câmara Municipal de Urânia**

CNPJ 51.842.185/0001-12  
e-mail: cmurania@gmail.com - Tel.: (17) 3634-1177  
Avenida Presidente Kennedy nº 1.474 - Cx. Postal 02 - CEP 15.760-000 - Urânia - SP

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024**

Com base na Lei Federal nº 14.133/21, fica homologado o **Processo Administrativo nº 017/2024** – Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Levantamento e Reavaliação Patrimonial dos Bens da Câmara Municipal de Urânia

Nestes termos, satisfazendo à Lei e ao mérito, **H O M O L O G O** à presente Dispensa de Licitação e **A D J U D I C O** o objeto a empresa **SEGANTINI SOLUCOES CONTABEIS E PATRIMONIAIS**, inscrita no **CNPJ: 50.339.868/0001-99**, com empresa localizada na cidade de Urânia, na Av. Presidente Kennedy, nº 675, CEP: 15.760-000, conforme nos autos constantes deste instrumento de administrativo.

**FAVORECIDOS:** SEGANTINI SOLUCOES CONTABEIS E PATRIMONIAIS

**OBJETIVO:** Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Levantamento e Reavaliação Patrimonial dos Bens da Câmara Municipal de Urânia

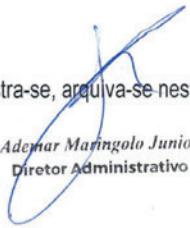
**FUNDAMENTO LEGAL:** A contratação encontra-se fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21

**VALOR GLOBAL:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Câmara Municipal de Urânia, 24 de outubro.



**KATIA CRISTINA SIEBRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Urânia



Registra-se, arquivar-se nesta Diretoria.  
**Ademair Maringolo Junior**  
Diretor Administrativo



**Câmara Municipal de Urânia**

CNPJ 51.842.185/0001-12  
e-mail: cmurania@gmail.com - Tel.: (17) 3634-1177  
Avenida Presidente Kennedy nº 1.474 - Cx. Postal 02 - CEP 15.760-000 - Urânia - SP

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2024**

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE URÂNIA  
**CONTRATADA:** SEGANTINI SOLUCOES CONTABEIS E PATRIMONIAIS

**OBJETO:** Contratação de Empresa para a prestação de serviços de Levantamento e Reavaliação Patrimonial dos Bens da Câmara Municipal de Urânia

**VALOR GLOBAL:** R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

**VIGÊNCIA:** 120 dias a partir da assinatura do contrato

**DATA DE ASSINATURA:** 24/10/2024

**MODALIDADE:** Dispensa, fundamentada no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21

Câmara Municipal de Urânia, SP, 25 de outubro de 2024.



**KATIA CRISTINA SIEBRA**  
Presidente da Câmara Municipal de Urânia

NOTÍCIAS POLICIAIS

Polícia Federal de Jales apreende celulares importados ilegalmente em operação na região



A Polícia Federal (PF) fez uma operação na manhã de terça-feira (29) para combater o comércio ilegal de celulares importados em Auriflâma e Fernandópolis (SP). No total, três mandados de busca e apreensão foram expedidos pela Justiça Federal de Jales (SP) e foram cumpridos nas duas cidades.

Os mandados foram cumpridos em três endereços, um comercial e dois residenciais. Nos locais, foram apreendidos mercadorias de origem estrangeira, em grande maioria celulares sem documentação. Além disso, em Fernandópolis, a PF também apreendeu cigarros eletrônicos que a comercialização é proibida.

Todos os produtos apreendidos serão encaminhados para a Receita Federal para as providências na área fiscal. Os equipamentos eletrônicos também vão ser submetidos a perícia federal para análise. Ninguém havia sido preso até a última atualização desta reportagem.





■ AGRONEGÓCIO

# Algumas profissões continuam com demanda em alta no agro

No ramo da agricultura, muitas profissões desapareceram com o passar do tempo, enquanto outras podem sumir nos próximos anos.

Por outro lado, novos cargos surgem e outros ganham uma maior importância e, por isso, é necessário se destacar e fazer a diferença.

Em uma propriedade de Sales (SP), que fica na região de São José do Rio Preto (SP), tudo funciona com a ajuda da tecnologia. O drone trouxe agilidade na pulverização que, anteriormente, era feito com a ajuda de

muitas máquinas.

Alex Monteiro, piloto do aparelho, revela que foi contratado por uma empresa que presta este tipo de serviço no começo do ano. Ele saiu de seu antigo emprego por ter confiança no setor, que está em alta no mercado.

“Enxerguei uma mudança radical no drone. Com esta profissão, consigo ter um tempo maior com a minha família e, além disso, criei novos hábitos. Tive uma oportunidade de fazer um curso e me aperfeiçoar. Fora a questão salarial, que

melhorou”, explica.

A função de Alex é uma das que mais possuem demanda no agronegócio do país. No setor de mão de obra qualificada, está em primeiro lugar nas oportunidades deste ano.

Além de monitorar o desempenho da máquina, o piloto também deve conferir a abrangência do equipamento, para ver se todas as áreas da plantação estão sendo pulverizadas. Juntamente, é necessário ficar atento com possíveis obstáculos, garantindo a segurança do equipamento.



■ VIDA ANIMAL

# Famílias estão optando mais por gatos do que por cães, aponta pesquisa

Na hora de escolher um pet, muitas famílias estão optando por gatos a cães. Isso é o que aponta uma pesquisa do Instituto Pet Brasil (IPB).

Segundo o estudo, em 12 meses, houve um aumento de 6% no número de gatos em lares brasileiros. São mais de 27 milhões de felinos entre as famílias do país. O número de cães também aumentou, mas segue menor, com 4%.

Na casa de Ariad Cerom, em São José do Rio Preto (SP), por exemplo, a sala, o quarto e até mesmo a cozinha foram adaptados para a presença das suas cinco gatas. Caixas de areia e tigelas com ração e água ficam espalhadas por todo o aparta-



mento.

Ela e o marido resgataram

a primeira gata há 11 anos e, depois disso, pegaram amor

pelos gatinhos. A facilidade no convívio com os felinos foi o

que gerou esta preferência na hora de escolher os bichinhos de estimação.

“Cachorros, geralmente, não se adaptam bem aos apartamentos. Tem que descer para passear [com eles]. O gato, como é mais autônomo, exige menos da gente, e eles são muito fofos, carinhosos e companheiros. Quando estamos vendo televisão, elas estão todas em torno da gente, são muito afetuosas. Acabamos criando um vínculo, elas são tudo pra gente”, diz Ariad.

Segundo o estudo do IPB, a preferência pelos gatos tem influência do estilo de vida das pessoas, que podem lidar com rotinas corridas ou casas e apartamentos cada vez menores.

Foram exatamente esses os motivos que levaram Jhonatan Francis, dono de dois felinos, a fazer esta escolha.

“O gato não exige que você faça tantas brincadeiras com ele, que você dê tanta atenção como um cachorro. Eles são mais independentes e, por isso, facilita muito no apartamento. Barulho também: minhas gatas miam, mas dão menos problemas com vizinhos”, conta.

Apesar das responsabilidades serem um pouco menores, os gatos também gostam de ser levados para passear e, para isso, o uso de coleira é muito importante, pois eles gostam de explorar os lugares durante o caminho.

■ BRASIL

# Reforma Tributária: CCJ aprova plano de trabalho, mas deixa setores de fora

Na próxima terça-feira (29), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado começa a debater o primeiro texto que regulamenta a reforma tributária, o PLP 68/24. O projeto vai definir as regras para o funcionamento do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

O ciclo de debates e audiências públicas vai até dia 14 de novembro, quando serão ouvidos representantes de vários setores da economia. Mas um deles foi deixado de fora: a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), que representa as 27 unidades da federação e mais de 2 milhões de empresas.

A entidade se manifestou por meio de uma carta aberta, alegando ter o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal para propor ações de controle concentrado junto ao órgão, ao lado de associações sindicais como CNI, CNA e CNC.

“Representando a base do micro e pequeno negócio brasileiro, acompanhamos as discussões acerca da Reforma Tributária desde antes de sua promulgação pelo Congresso Nacional, em

dezembro de 2023, contribuindo no grupo de trabalho e em audiências públicas na Câmara dos Deputados, com propostas e alterações significativas no texto, como o limite para a carga tributária global.

Já no Senado Federal (...) participamos das reuniões promovidas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apontando para as necessidades de ajustes no PLP 68/2024. Alertamos, especialmente, para o risco de prejuízo que mais de 20 milhões de micro e pequenas empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional poderão sofrer caso não haja ajustes na proposta em análise.

Diante disso, é com pesar e estranhamento que a CACB registra o fato de não ter sido convidada para colaborar com o aprimoramento do texto, que passa a ser discutido em audiências públicas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.”

Em entrevista ao Brasil 61, o presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto, disse ter recebido o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na sede da confederação na semana passada. Na ocasião, Pacheco falou



sobre o cronograma das audiências públicas na CCJ e a inclusão da discussão sobre o Simples Nacional nas reuniões. “Não ter havido convite para o debate foi uma surpresa”, disse Cotait.

“A não inclusão da CACB, legítima representante dos micro e pequenos empreendedores e empresas, é uma constatação que desqualifica esta audiência pública, pois está fazendo governo com governo. Onde está a sociedade civil organizada?”, questionou Cotait.

Ainda segundo o presidente da CACB, logo após a divulgação da lista dos participantes das audiências públicas ele esteve no Senado para tentar incluir a entidade na discussão na CCJ.

“A resposta foi: esse pedido só pode ser feito através de um senador. O que mostra que a estrutura do nosso Congresso está completamente defasada”, desabafou Cotait.

## Luta pelo Simples Nacional

Segundo a CACB, os principais questionamentos quanto ao texto do PLP 68/24 estão nos seguintes pontos:

- A reforma tributária do IBS e da CBS deixa de tratar o Simples Nacional de maneira isonômica e traz prejuízos quando se compara o novo regime com o atual;
- Impossibilidade de aplicação para o Simples Nacional das reduções de alíquotas da cesta básica, regimes diferenciados e outras isenções previstas na lei

reguladora do IBS e da CBS;

• A ausência de regra para a exclusão proporcional da receita desses bens ou serviços no regime do Simples Nacional, o que para a entidade, trará prejuízo ao empresário e expressiva diferença em relação ao modelo atual, que admite essa exclusão para o ICMS e ISS.

• O novo sistema também extingue a possibilidade de transmissão de crédito integral para os contribuintes que adquirem produtos ou serviços de empresários do Simples Nacional, como atualmente é permitido nas contribuições do PIS e da COFINS.

Entre as lutas da instituição sobre a reforma tributária está

a manutenção do Simples Nacional como um regime diferenciado — o que já foi constitucionalmente estabelecido. Só assim será possível garantir a sobrevivência competitiva do micro e pequeno empreendedor com a mudança de regime tributário no país.

## Audiências públicas começam na próxima terça (29)

Segundo o relator da regulamentação na casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), a proposta é que sejam feitas 11 audiências públicas até o dia 14 de novembro. Os convidados serão representantes do governo federal, estados e municípios, do setor privado e especialistas da área.

A previsão é que a primeira audiência tenha a participação de membros do governo, como o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy. Entre os temas que devem ser debatidos estão os impactos no setor produtivo e social, os regimes diferenciados, o impacto na saúde e nos planos de saúde, regimes específicos para serviços financeiros, entre outros.

Fonte: Brasil 61